

Terra e Ecologia — Temas de Missão?

Werner Fuchs

I — Situando a Questão

A pergunta, à primeira vista, parece impor uma resposta óbvia: É claro que sim. A luta por reforma agrária e por preservação do meio ambiente precisa inegavelmente fazer parte da agenda das igrejas e das organizações cristãs atentas aos clamores do mundo. Porém, num segundo momento, reconhece-se que, além de excluída da atenção de muitas igrejas e entidades missionárias, essa questão, mesmo em círculos eclesiásticos mais abertos, geralmente não é compreendida como tema pastoral e missionário, mas sim localizada na esfera do serviço de projetos de desenvolvimento, ou dos direitos humanos. Não está claro que, ela constitui assunto precípua de missão. O motivo disso talvez seja, por um lado, o cuidado instintivo de não tornar o conceito da missão amplo demais, a ponto de abranger toda e qualquer ação dos cristãos e de diluir o centro evangelizador inerente ao “Ide” (Mt 28.19). Por outro lado, é preciso reconhecer que são temas novos, largamente desconhecidos e pouco trabalhados bíblica e teologicamente. Experiências pastorais e comunitárias nestas áreas apenas começam a frutificar para dentro da teologia e dos programas de missão. A receptividade que encontram depende em muito da capacidade de articulação e explicitação dos já sensibilizados. Depende de que se viabilize de forma nova e urgente a percepção do “Siga-me” (Mc 8.34). A *Conferência Mundial de Missão e Evangelização do Conselho Mundial de Igrejas, realizada em San Antonio-Texas/EUA (22/5 a 1/6/89)* constitui um passo significativo na compreensão da terra e da ecologia como temas eminentemente missionários.

II — A Conferência

Desde a Conferência de Edimburgo, em 1910, o movimento missionário mundial realizou dez grandes conferências, ocorrendo as últimas quatro (México 1963, Bangkok 1972, Melbourne 1980 e San Antonio 1989) após a integração no Conselho Mundial de Igrejas. Por isso, a Conferência de San Antonio (700 participantes de 76 países) estava orgânica e tematicamente inserida nas prioridades do CMI, visando a Assembléia Mundial em Canberra, Austrália, em fevereiro de 1991. Mas também revelou sensibilidade para os desafios do momento histórico. O tema geral “Seja feita a tua vontade: missão à maneira de Cristo” foi tratado nas celebrações, nos estudos bíblicos sobre textos de Lucas, em palestras e em quatro seções: 1) Conver-

ter-se ao Deus vivente; 2) Participar do sofrimento e da luta; 3) A terra é do Senhor e 4) Rumo a comunidades renovadas para a missão. Sem dúvida o ponto alto foram as celebrações muito criativas e o partilhar de vivências, alegrias e sofrimentos. No mesmo *campus* acontecia uma conferência paralela, o “Encuentro” (500 participantes), para pastores e leigos dos EUA e da América Central sobre novos desafios e experiências de missão. Os 60 participantes evangélicos dirigiram uma carta aberta ao movimento de Lausanne, lamentando a ocorrência no mesmo ano de dois eventos mundiais sobre missão (Lausanne II em Manila, em julho) e sugerindo para o futuro a realização simultânea das duas conferências nos moldes do Encuentro.

Na seção 3, “A terra é do Senhor”, trabalhou-se em quatro subseções:

1) Servos da criação de Deus, 2) Rumo a um partilhar justo da terra, 3) Chamados a ser pacificadores e 4) Cuidado pela terra e culturas humanas. Coincidiu, assim, que nesta seção foram abordados mais de perto os dois temas solicitados pela Assembléia do CMI em Vancouver (1983): 1) o Evangelho e as culturas, e 2) um compromisso mais intenso com os pobres na missão e na evangelização. As subseções deram amplo espaço para relatórios de equipes que visitaram locais de conflito, e para depoimentos de pessoas envolvidas na organização e luta pela defesa da ecologia, da terra, dos refugiados, e da identidade cultural dos povos. Tal concreticidade refletiu-se nas reflexões e posições tomadas.

Por exemplo, foi marcante descobrir a semelhança nas lutas dos negros sulafricanos, dos sem terra no Brasil, e do movimento camponês nas Filipinas, ou no processo de concentração fundiária causado pela crise dos pequenos agricultores no Médio-Oeste dos EUA e no Sul do Brasil. O drama dos povos indígenas (do Alasca à América do Sul) e sua concepção harmoniosa da natureza estavam vivamente representados, entre outras pela presença de um casal de líderes indígenas com seu bebê. Um europeu chegou a queixar-se ao coordenador de que os indígenas dominavam de forma injusta as discussões, ao que este respondeu: — Não está na hora de que os escutemos, após centenas de anos em que foram mantidos calados?

Em meio aos trabalhos um casal de nativos australianos, líderes comunitários que auxiliam na tradução da Bíblia para sua língua, mas que também zelam pelos locais “sagrados” (ancestrais) da tribo, recebeu a desconcertante notícia de que o Parlamento tinha aprovado uma emenda constitucional que libera as últimas áreas intactas da Austrália à exploração por companhias mineradoras, ou seja, justamente os seus locais sagrados. Entre outros motivos, houve a omissão e ineficácia das igrejas e dos cristãos australianos no combate à emenda.

Tais problemas vivenciais e as propostas de ação para o partilhar justo da terra, foram elaborados sob quatro aspectos: direito dos indígenas à terra (que não significa sempre a expulsão do invasor, mas respeito deste aos critérios indígenas de uso da terra); reforma agrária (libertar primeiro a terra de seu cativo no sistema de exploração para que possa ser parti-

lhada); uso da terra, produção e comercialização; e conscientização, organização e espiritualidade na luta pela terra. O aspecto da organização popular merece destaque, por se constatar as semelhanças no sistema de exploração em todas as partes do mundo. Por isso a proposta de incentivar o intercâmbio internacional de líderes e militantes de base.

O plenário da Conferência, além de tomar conhecimento e receber oficialmente os relatórios e “atos de fidelidade” de cada seção, também aprovou uma mensagem e onze “atos de fidelidade”, que buscam compremeter as igrejas-membro do CMI e as sociedades missionárias, bem como orientar o trabalho do próprio movimento ecumênico, em nova obediência ao Evangelho. Um dos atos de fidelidade afirma a solidariedade com a luta dos palestinos por sua terra, outro concede voz aos clamores dos cristãos armênios dominados há 73 anos pela Turquia, um terceiro clama por maior intercâmbio de experiências missionárias e de renovação eclesial a partir dos movimentos populares, e outro convoca para ações eficazes frente ao endividamento dos países pobres.

III — O Ato de Fidelidade Referente à Seção 3

Ouvimos a corrente de afirmações bíblicas que mostra com tanta ênfase que “a terra é do Senhor”. Reconhecemos nossa responsabilidade pelas crianças do mundo, cuja vida futura dependerá do nosso engajamento hoje para salvar a vida da Criação.

Conclamamos todas as igrejas-membro a reexaminarem sua compreensão e seu envolvimento nos programas de missão em andamento, à luz da afirmação de que “a terra é do Senhor”.

Afirmamos que missão significa apoiar a luta por um partilhar justo da terra e dos recursos através de atos concretos, e convocamos o CMI e suas igrejas-membro a:

a) Devolver terras eclesiásticas tomadas de povos indígenas e cancelar investimentos das igrejas em empresas que exploram terras indígenas.

b) Adotar a questão dos povos indígenas e da sua luta por autodeterminação e sobrevivência como um programa permanente na estrutura do CMI, e criar uma Comissão para esta questão; que isto seja planejado e levado à Assembléia Geral do CMI em Canberra, em 1991, para implementação.

c) Conceder apoio concreto a todos os povos sem terra nas suas lutas, organizações e movimentos de recuperação e ocupação da terra para seu sustento e sobrevivência.

d) Engajar-se numa estratégia mundial por um programa de reforma agrária autêntico controlado pelos seus beneficiários, iniciando pela partilha de terras das igrejas com os sem terra e sem teto.

e) Promover intercâmbio regional e internacional de experiências e estratégias, tanto a nível de lideranças quanto de base, entre organizações de sem terra e desenraizados, tais como camponeses assalariados, povos indígenas, pequenos agricultores, refugiados, etc.

f) Identificar, analisar e tentar eliminar as causas do desenraizamento de pessoas e estabelecer uma nova definição abrangente de “refugiado” a nível internacional. Além disso, solicitar congregações locais a considerarem, em estudos bíblicos, pregações e ensino, que questões como fuga, migração, desabrigo, exílio e a busca por uma cidade permanente (Hb 13.4) pertencem às tradições mais centrais da Bíblia.

A fim de concretizar e avaliar esse Ato de Fidelidade solicitamos que a Comissão de Missão Mundial e Evangelismo inicie um processo de assistência às igrejas-membro do CMI para reexaminarem sua compreensão de missão à luz da afirmação “a terra é do Senhor”, e que um plano para reunir essas preocupações e realizar esse Ato de Fidelidade seja preparado para a VII Assembléia do CMI em Canberra em 1991.¹

IV — Comentários e Reflexões

1 — O documento acima é breve e objetivo, com amarrações para Canberra. Havia dois bebês no plenário, que simbolizaram a crescente sensibilidade para com a preservação da terra para gerações futuras e com a sobrevivência de camponeses e tribos desenraizadas. Por isso a aprovação foi quase unânime (poucas abstenções), em que pesem as propostas um tanto radicais: devolver terras aos indígenas a quem se levou o Evangelho, apoiar as lutas por reforma agrária, etc.

2 — Aliás, segundo meu conhecimento, é a primeira vez que uma conferência desse porte (representantes de 350 igrejas, incluindo forte delegação ortodoxa e 40 católico-romanos) aprova ocupações de terra como sendo legítimas (c) e propõe uma estratégia global de reforma agrária (d) mediante a articulação entre movimentos organizados (e). Diante dos dados sobre latifúndios (p. ex. no Brasil, um proprietário com 1,2 milhões de hectares) e sobre a violência contra o campesinato em diversos países, a conferência expressou-se de forma enfática. As propostas não são tiradas do ar, mas partem de experiências e sinais que já vêm sendo concretizados por algumas igrejas ou grupos. Importante é que “a questão da terra não foi esquecida. É um tema a ser reafirmado pela Igreja, mesmo contrariando todos os conceitos e práticas de propriedade vigentes no mundo.”² A terra como “dáviva e conquista” (Michael Knoch) continuará sendo tema polêmico nas igrejas, divisor de águas nas transformações sociais e renovações comunitárias.

3 — A ecologia, nesse documento, aparece quase só como moldura. Isso decorre do fato de que os participantes da subseção 1 evitaram uma análise estrutural das causas da violação da criação, propondo apenas medidas no nível pessoal e eclesial, p. ex. a opção voluntária por um estilo de vida mais simples, e o engajamento de cristãos e igrejas nos movimentos ecológicos, mediante uma revisão do seu conceito de missão. Contudo, se

permanecer nessa esfera apenas “sentimental”, a luta ecológica poderá tornar-se um modismo cômodo, sem constituir ameaça real às estruturas violadoras, nem solução para com as criaturas que sofrem a deterioração da qualidade de vida. Espera-se que a Convocação Mundial por Justiça, Paz e Integridade da Criação (Seul, março de 1990) possa integrar a luta de libertação nas propostas ecológicas. Senão elas novamente carecerão de concreticidade e eficácia, e as esperanças terão que ser adiadas até a Assembléia de Canberra para que cristãos e igrejas venham a se engajar em mudanças profundas nas estruturas de poder econômico.

4 — Curiosamente, a preservação da criação foi o único ponto da seção 3 que teve alguma repercussão. Se por um lado a seção 3 não foi alvo de críticas, por outro também não foi divulgada. O próprio serviço de imprensa do CMI (eps) tão somente divulgou o tema do meio-ambiente e a reivindicação de uma Comissão para questões indígenas. Não surpreende, pois, que a maioria dos demais veículos (exceção: Tempo e Presença, N^o 242, p. 38s) deixassem de lado a questão da terra e que, assim, os líderes eclesiásticos também lhe dispensassem pouca ou nenhuma atenção. Um dos organizadores escrevia mais tarde numa circular aos participantes: — “Refletindo por que nossa seção obteve menos atenção pública que as demais, penso que o primeiro motivo foi que nosso assunto era novo e de certa forma inesperado na agenda de uma conferência mundial sobre missão... Todas as outras seções tinham seus interessados além dos participantes que nelas atuavam. A seção 1 era a favorita dos secretários de evangelismo de diferentes partes do mundo, de alguns evangelicais e amigos e críticos do diálogo com outras religiões vivas; a seção 2 era o domínio da MUR — Missão Urbana e Rural — com sua rede internacional, enquanto a seção 4 despertava interesse especial das agências missionárias de caráter internacional. A seção 3 não tinha um tal grupo em que se apoiar” (Gerhard Linn). Mesmo assim, o aprofundamento do tema foi surpreendente, inclusive em termos de reflexão bíblica. A seção foi capaz de “identificar a relação entre o povo e a terra (e seus recursos) como um foco de missão...”, pois “a maioria dos sofrimentos e lutas de povos e nações, comunidades e sociedades estão muitíssimas vezes enraizados na questão da propriedade, controle, exploração e abuso da terra e de seus recursos” (Peps Cunanan, CMI).

5 — Nos pronunciamentos oficiais do CMI percebeu-se um recuo, ou até esquecimento, em relação a algumas afirmações da conferência anterior. Pois a proposta-chave de Melbourne sempre foi apresentada em San Antonio como a “proclamação da boa nova AOS pobres”. Mas omitiu-se a afirmação de que os pobres são protagonistas com Deus, como se lê no relatório daquele evento, recuperado pelo relatório da subseção 2: “Os pobres já estão em missão, no sentido de mudarem sua situação. O que se requer das igrejas é um movimento missionário que apóia o que eles iniciaram... As igrejas terão que abandonar suas atitudes de benevolência e caridade

com que se inclinaram aos pobres... Devem estar prontas a escutar os pobres, a ouvir deles o Evangelho (!), a aprender sobre os meios pelos quais elas contribuíram para torná-los pobres.”³ Portanto, Melbourne de fato tinha falado das boas novas A PARTIR dos pobres. Mas essa reviravolta teológica é difícil de assimilar, seja para as cúpulas eclesiais e os teólogos que refletem na sua perspectiva, seja para um organismo mundial tido como progressista, como o CMI. O “Ide”, na prática, se contrapõe ao “Tome a cruz e siga-me”. Missão à maneira de Cristo requer e possibilita tal reviravolta.

6 — Apesar da observação crítica acima, persiste a impressão de um avanço significativo. Buscou-se preservar a “plenitude do Evangelho, a saber: mantendo em tensão criativa necessidades espirituais e materiais, oração e ação, evangelismo e responsabilidade social, diálogo e testemunho, poder e vulnerabilidade, aspectos locais e universais” (Mensagem Final). Os desafios a que respondeu foram encarados claramente como ameaças à vida e à sobrevivência, a serem vencidas não somente pela proclamação sobre o Reino de esperança para toda a criação, e sim por um novo modo de vida, exercido em atos concretos de fidelidade. Há vozes que dizem que o tema da seção 3, incluindo a responsabilidade pela criação e pelo partilhar justo de seus recursos na reflexão missionária (não mais apenas na esfera da ética), poderá ser reconhecido, um dia, como a verdadeira contribuição nova de San Antonio para o Conselho Mundial de Igrejas e a renovação das igrejas. “Pois do testemunho de que a terra é do Senhor”, não estando, pois, à mercê do arbítrio das pessoas, especificamente de algumas poucas, decorre também o mandamento de que se assegurem ou restabeleçam os direitos dos povos... à terra e à água” (Heinz Joachim Held, moderador do CMI).

Notas

* Participou na Conferência de San Antonio como líder de estudos bíblicos e assessor para a questão da terra.

1 Traduzido de: *International Review of Mission: The San Antonio Conference*, n. 311/312, julho/outubro de 1989, WCC, Genebra, p. 386s.

2 Orlando Santos de Oliveira, *Tempo e Presença* n° 242, p. 40.

3 Traduzido de: IRM, op. cit., p. 377. O documento de Melbourne foi publicado em português pelo CEDI, em: *Tempo e Presença* n° 28, p. 41ss.